

# ENTRE PAISAGEM E MEMÓRIAS: as ruínas de um sítio arqueológico histórico mineiro e os indivíduos que o reafirmam

Leonardo V. Klink \*

Dora Shellard Corrêa \*\*

## Introdução

O presente trabalho está relacionado aos resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, voltada à oralidade, memória social, como primeiros e importantes passos para o reconhecimento e preservação do patrimônio cultural arqueológico urbano, situado na região Sul de Minas Gerais, na cidade de Campanha.

O bem cultural estudado é um solar ou sobrado, edificado ainda em um contexto escravista, durante a primeira metade do século XIX (estima-se que sua construção ocorreu entre 1825 e 1830). O solar foi habitado pelas ricas famílias de descendência portuguesa de sobrenome “Ferreira” e “Rezende”, do período de sua edificação até os anos finais da década de 1860.

Em busca do maior número de informações relevantes possível relacionadas ao sobrado, foram coletados os seguintes materiais: fotografias (aproximadamente das primeiras décadas do século XX a 2019), ofícios (tombamento, vistoria anterior ao incêndio, inquéritos policiais, boletim de ocorrência, relatórios do IEPHA, etc.), evidências documentais *pre/post mortem* como inventários e testamentos (século XIX), literatura local (“*Minhas Recordações*” e “*Campanha, 1929*”), testemunhos orais seguidos de transcrições e uma filmagem amadora do Solar do incêndio (1996). Também foram

---

\* Graduando do curso de História, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Campanha. E-mail: [leonardoklink@gmail.com](mailto:leonardoklink@gmail.com)

\*\* Doutora docente do curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Campanha. E-mail: [pdscor@uol.br](mailto:pdscor@uol.br)

identificadas as remanescentes estruturas das ruínas e artefatos, fontes importantes incrustadas de significâncias, historicidade e sentimentos.

### **O sobrado do antigo Largo das Dores. Breve histórico e constituição material**

Na região em que o solar (hoje como ruínas) está inserido, pode-se constatar que, como freguesia, a cidade começou a prosperar economicamente e demograficamente no início da segunda metade do século XVIII (CASADEI, 1987; REZENDE, 1987), a partir do grande movimento econômico voltado à mineração aurífera. Conseqüentemente, atraiu mais exploradores, tropeiros, fugitivos e garimpeiros legais e ilegais, os quais se apropriaram de terras para assentar-se.

Com o seu reconhecimento de Vila em 1798, houve crescente presença de comércios, capelas e igrejas, casarões coloniais (como residências ou como prédios públicos) de um e dois pavimentos, em largos ao redor dos templos religiosos, com diversas etnias e extratos sociais.

A presença documental mais antiga do solar situado em frente à atual “Praça do Obelisco” (Praça Dr. Jefferson de Oliveira ou Praça 13 de Maio) se dá a partir das citações de um de seus moradores, o político e memorialista Dr. Francisco de Paula Ferreira de Rezende, nascido na residência em 1832; fato narrado em sua obra, “*Minhas Recordações*”.

A partir do final do XIX, a propriedade passou por diversos usos e ocupações, como residência da família Brandão (até a segunda década do XX), de Dr. Jefferson de Oliveira; abrigando a Escola Normal I (1929-1937) e II (1965-1966) e a Prefeitura Municipal (1976-1993). No último momento de vida útil do prédio (enquanto solar) contava com: uma indústria de calçados denominada “Capezio Calçados” (Figura 1), Associação dos Alcoólicos Anônimos, um escritório da Emater e uma loja de vendas e exposições de tapetes; todas coabitando o espaço até o dia em que a edificação foi consumida pelo fogo, em 30 de maio de 1996 (IEPHA, 1996). O incêndio ocorreu por conta do descaso municipal ao bem tombado – em nível municipal sob “D.1412/ 1985” (IEPHA, 2016, p. 25) – e pela suposta fiação em curto-circuito que originou o fogo que se alastrou pelos cômodos rapidamente devido aos diversos materiais combustíveis em seus cômodos.

Os pisos térreos originais em tábuas de madeira foram substituídos por cimento ao longo das reformas. Com base nas fotos recuperadas (pré-incidente), observa-se através dos

diversos ângulos fotográficos a possível presença de ao menos 30 janelas com esquadrias azuis em estilo colonial, as quais se localizavam no pavimento superior: seis na lateral esquerda e nove em seu frontão, todas compostas por bacias em madeira e guarda-corpos brancos em ferro, constituídas como sacadas individuais (Figura 2). Entre as primeiras décadas, já no século XX, houve a adoção de cimalhas, calhas e canos para o escoamento de água da cobertura.



**Figura 1** - Fábrica de sapatos localizada no edifício, nota-se a precariedade em relação à fiação exposta. Fonte: Arquivo Público Municipal da Campanha, sem data e autoria



**Figura 2** - Vista da lateral direita do Solar inserido na "Praça do Obelisco". Fotografia tirada entre 1985 e década de 1990. Fonte: CEMEC/SM

Seus alicerces são compostos por colunas e paredes com aparelhamento ciclópico em alvenaria de pedras não regulares e uma fina camada de argamassa, exposta em alguns dos “pilares” atualmente. Em alguns locais na área das ruínas, notam-se as diversas intervenções que o prédio sofreu ao longo de seus usos, através da variedade em materiais. Tijolos de barro dividem espaço com pedras e tijolos com as marcações “A.H.” ou “H.V.”, inseridas em sua superfície. As telhas de tipo “capa canal”, aparentam ser mais antigas por conta das concreções adquiridas entre as décadas, e produzidas manualmente pela disformidade.

Ao contrário do que diz Francisco de Paula (REZENDE, 1980), a estrutura do sobrado oitocentista não é composta totalmente (“de alto a baixo”) por pedras, mas por um tipo de “gaiola” de madeira como base e estrutura em seu segundo pavimento; demonstrado pela ausência de resquícios do segundo andar (Figura 3) no que diz respeito aos remanescentes estruturais ainda sobreviventes. Segundo Cruz:

[...] a casa realmente era em sua maior parte de pedra, apenas o andar nobre fora construído com o sistema estrutural da gaiola de madeira. E apesar da vila ter vivido seu apogeu econômico entre fins do século XVIII e início do XIX, esta casa deveria ser realmente uma casa de “luxo para o lugar”. [...] Este sobrado era uma exceção na vila deste período, pois

sua arquitetura, embora usasse técnicas construtivas tradicionais, a gaiola de madeira apoiada sobre bases de pedra era erudita no sentido estrito da palavra. [...] Diferencia-se da maioria das casas da vila por possuir verga em arco pleno na porta central, vidraças dos balcões e das janelas com folhas de abrir e não mais de guilhotina [...] (CRUZ, 2016, p. 167, 363).



**Figura 3** – a) Seis das colunas sobreviventes com emparelhamento de pedras irregulares dispostas pelo terreno do sítio. b) Área em que se encontram as ruínas. Fotos tiradas a partir do "segundo piso" do terreno. Fotos: Marcio Machado, 2019

Levando em conta a cultura material, torna-se claro que as famílias Rezende e Ferreira detinham significativo *status* político e grandes recursos financeiros, materializados através do solar; ressignificado como uma espécie de marcador social, um reflexo simbólico de grandeza, na Vila da Campanha do século XIX.

Durante as pesquisas, foram registrados no perímetro do sítio histórico os seguintes resquícios materiais móveis pertencentes ao casarão: telhas inteiras e fragmentadas de tipo capa canal produzidas a mão, pedras irregulares das colunas e paredes, uma variedade de ao menos quatro tipos de tijolos (inteiros e em fragmentos) e madeiras carbonizadas originárias das janelas frontais e laterais esquerdas do piso inferior.

### **Memória e oralidade: as memórias como base para a construção histórica**

Na ausência de maiores informações desse imóvel oitocentista, – uma vez que se encontra em estado de ruínas há mais de 20 anos; buscou-se aqui partir de fontes orais como base informativa e norteadora para o levantamento histórico e historiográfico. Foram selecionados dois entrevistados (senhores de 49 e 80 anos), para abordarem melhor as questões aqui tratadas, sem torná-las exaustivamente longas. Houve a necessidade em adotar um modelo de entrevista semiestruturada, gravando os áudios

com um aparelho celular. Os sujeitos se voluntariaram para os depoimentos através de uma postagem pessoal em rede social buscando informações sobre o objeto de pesquisa, em um grupo de memórias campanhenses.

Como ferramenta, a História Oral, neste estudo de caso, proporcionou uma gama de informações acerca do contato de ambos com o prédio enquanto edifício sede da Escola Normal II (1965-1966) e Prefeitura Municipal de Campanha. Como método, a História Oral apresenta-se como o objeto da pesquisa, com o foco nas memórias individuais e suas experiências relatadas a respeito de um ícone em comum.

Foram realizadas duas entrevistas com um dos entrevistados, o escritor e memorialista local Leonardo G. de Lima, que detém muito conhecimento, principalmente sobre os personagens tidos como ilustres – ou “portadores” e/ou representantes de uma identidade local. Natural de Campanha, o senhor de 80 anos logo que soube de nosso interesse em um bem de sua amada terra, procurou-nos em uma rede social usada para a iniciativa. O encontro ocorreu alguns dias depois sob a arquitetura colonial dos prédios históricos do Largo das Dores, em um banquinho de pedra na Praça Dr. Jefferson de Oliveira. Houve momentos em que suas falas tornaram-se desconexas umas às outras, e por conta de sua idade, como o mesmo diz “a temporalidade em sua mente aparenta estar coberta com uma névoa”.

As primeiras representações factuais descritas pelo entrevistado são sobre o que ouviu a respeito da formação do Arraial e posteriormente da Vila. Lima (2019) disserta sobre uma das versões conhecidas em que as redondezas eram circundadas por uma mata fechada, e os garimpeiros que ali descobriram ouro exploraram mais a região.

Lima (2019) nos diz que o antigo dono e construtor do casarão (século XVIII), ao lado da Igreja de Nossa Senhora das Dores, foi um minerador português, conhecido por ser muito bom para a comunidade de baixa condição econômica, em relação aos altos padrões dos donos de sobrados da época, disponibilizando no exterior de sua residência, próximo à porta principal um sino, o qual o mesmo tocava para distribuir alimentos. O minerador José de Jesus Teixeira pagava seus funcionários com ouro em pó sem ao menos pesar. Também foi o responsável pela construção de uma capela ao lado de sua casa que mais tarde seria derrubada para tornar-se a “Igreja das Dores”, com sua pedra de fundação inserida em 1799 (inscrição realizada na cantaria acima da entrada) (CASADEI, 1987, p. 41-43).

Uma valiosa informação a respeito da paisagem da atual praça em frente às atuais ruínas aparece na obra *“Minhas Recordações”*, que também foi citada pelo entrevistado. Ambos descrevem que, no local da atual praça Dr. Jefferson de Oliveira, havia no século XIX um lucrativo comércio de capim, em uma feira assentada ao ar livre em terra (REZENDE, 1987, p. 48). Como não havia criação de cavalos nativos, os animais que vinham de fora, para serem utilizados como a força motriz, não se adaptavam à vegetação local para alimentação, não se alimentavam e enfraqueciam (LIMA, 2019).

Ao ser questionado sobre a situação atual dos cuidados aos patrimônios locais, afirmou que há uma catalogação de bens e preocupação com seus estados físicos, mas sobre administração de indivíduos não tão envolvidos com a história de uma das cidades mais antigas do Sul de Minas, e com esse tipo de trabalho. A falta de “informação cultural” por parte da comunidade preocupa Leonardo Lima, já que muitos propagam positivamente e comemoram muitas vezes a queda natural, o desmanche ou a derrubada de uma edificação secular, por conta de “gastar muito dinheiro público”; frase repetida inúmeras vezes pelas ruas da cidade. “Então uma casa que tem que ser conservada, não acontece nada! Aí o vizinho vem e derruba outra, e assim vai indo. [...] Apesar das regras que tem, devia ser feroz em cima disso” (LIMA, 2019).

O outro entrevistado, Aristeu Fernandes de Amorim (49 anos), colaborou com a presente pesquisa permitindo a entrada no terreno das ruínas (local ao lado de sua casa), assim como com seus testemunhos tão instigantes e emocionantes. O senhor lembra-se do sobrado na paisagem urbana desde os 3 anos, até o momento em que o mesmo sucumbiu às chamas em maio de 1996. Sua atual casa foi cedida à sua família pelo prefeito da época (década de 1970), para facilitar o trabalho de seu pai como segurança do edifício da prefeitura; “[...] há quarenta e dois anos atrás, mais de quarenta e dois” (AMORIM, 2019).

As falas dos dois entrevistados apresentam temporalidades e ângulos diferentes em suas participações juntas do patrimônio cultural da cidade. Aristeu foi criado por seus pais enquanto os mesmos trabalhavam no prédio, e em certa parte da conversa emociona-se ao considerar o acidente como uma lembrança relacionada a um luto de parente, ou até mesmo a morte de um membro próximo da família:

Durante a fala de Aristeu percebe-se a forte predominância de duas palavras (grifadas nas transcrições) relacionadas às suas memórias afetivas sobre o solar: “meu pai” e “fogo” (Figura 4). O teórico John Ruskin (2008, p. 56-57) considera em uma de suas

obras os patrimônios como uma espécie de templos invioláveis, a serem respeitados por seus atuais responsáveis; que em memória aos seus antigos e honrados construtores e/ou moradores, – que viveram, tiveram momentos alegres e tristes – devem tratá-lo com dignidade, respeitando cada canto e cômodo; mesmo prestes a ruir. Assim, um filho deveria fazer em memória ao seu pai. Assim Aristeu faz!

Ao introduzir a temática de “Arqueologia” na entrevista, e se o mesmo considerava o complexo das ruínas como um sítio arqueológico, Aristeu (AMORIM, 2019) concorda, porém partindo da premissa da relevância como um Patrimônio; como uma das construções mais antigas de Campanha e do Sul de Minas, edificada com madeira, telhas como reforços consolidantes nas paredes e pedras de um metro a um metro e meio.

Sugeriu-se a idéia de situar ali um espaço de “sítio musealizado” com as estruturas originais expostas para os visitantes conhecerem como era o prédio. Por ser um lugar de memórias, enquanto unidade doméstica de uma elite oitocentista, prédio público e patrimônio único na cidade. Assim como o senhor possui recordações boas entre o pai e o lugar (solar enquanto ruínas), outros também podem ter, e esse é o intuito do estudo em questão.



**Figura 4** - Solar já consumido pelas chamas, 30/05/1996. Fonte: Arquivo Público da Campanha. Autor: Foto Fênix

No caso de um espaço musealizado, o *superartefato* (NAJJAR, 2002) pode contribuir para a história, educação e cultura local aproximando os indivíduos de determinadas

características cotidianas materiais e imateriais, de indivíduos que compartilharam os mesmos espaços, mas há séculos; sob uma paisagem e costumes substancialmente divergentes da atualidade, em termos contextuais.

### **Considerações finais**

Portanto, no caso desta pesquisa inicial, ainda em andamento, a Arqueologia torna-se fundamental com seus rigores teórico-metodológicos; durante as prospecções e registros e às análises dos vestígios materiais dispostos *in situ*. Levando em conta que a Arqueologia envolve um processo destrutivo durante as escavações e como esta é a primeira pesquisa voltada às ruínas em 23 anos (1996-2019), ainda há um vasto campo de possibilidades e propostas a serem exploradas e executadas, passo após passo.

Ressalta-se neste texto que o verdadeiro valor às coisas, – por menores e mais simples que sejam – não está explícito em sua idade, mas nos efeitos muitas vezes de “nostalgia” ou de rápidas e reconfortantes projeções ao passado, causadas por lembranças dos múltiplos contatos diretos ou indiretos entre os sujeitos e o mundo material no presente. Afinal, o que deve ser preservado... as memórias enquanto sobrado sob utilizações públicas e posteriormente ruínas ou diretamente enquanto vestígios expostos às intempéries atualmente? As memórias sociais tornam-se importantes pelo fato de demonstrarem os valores atribuídos ao patrimônio. Porém, ações e intervenções ainda necessitam ser aplicadas, como métodos de preservação e manutenção diretas ao bem cultural, sob os cuidados de instituições locais e do público, como agentes fundamentais às propagações acerca dos estudos patrimoniais, históricos e arqueológicos na cidade de Campanha.

### **Referências**

CASADEI, Antonio. *Notícias Históricas da Cidade da Campanha: tradição e cultura*. Niterói: Serviços Gráfs. Impar, 1987.

CRUZ, Cícero Ferraz. *Cidade difusa: a construção do território na Vila de Campanha e seu termo, séculos XVIII-XIX*. 2016. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, USP, São Paulo, 2016.

NAJJAR, Rosana; DUARTE, Maria Cristina Coelho. *Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração*. Rio de Janeiro: IPHAN / Programa Monumenta, 2002.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

RUSKIN, John. *A Lâmpada da Memória*. Cotia, Ateliê Editorial, 2008.

**Documentação oficial consultada**

CAMPANHA, Sessão de Cultura e Patrimônio Histórico. *Dossiê de Tombamento Centro Histórico da Campanha: exercício 2018*. Campanha – MG, p. 252-255, 2017.

MINAS GERAIS, IEPHA. *Relatório de vistoria*. Belo Horizonte – Minas Gerais, 1996.

MINAS GERAIS, IEPHA. *Relação de Bens protegidos pelos Municípios (apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural), pela União e pelo Estado – até o ano de 2016 / exercício 2017*. Belo Horizonte – Minas Gerais, p. 25, 2016.

**Fontes orais referenciadas**

AMORIM, Aristeu Fernandes de. *Testemunho Oral coletado: 26/02/2019*. Campanha – MG, 2019.

LIMA, Leonardo Gonçalves de. *Testemunho Oral coletado: 06/04/2019*. Campanha – MG, 2019.